

Sunab vai a escolas e apura cobrança ilegal

O Externato Pequenópolis e os colégios Anglo Latino, Etapa, Anchieta e Marista Nossa Senhora da Glória foram inspecionados, ontem, pela Sunab. As equipes de fiscais examinaram os carnês do segundo semestre do ano passado e primeiro e segundo semestres deste ano para verificar se as escolas cometem irregularidades na cobrança das parcelas. Mas uma liminar, pedida pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo (Sieeesp), impedi que a Sunab divulgasse os resultados da fiscalização.

"O auto de constatação presume que há irregularidades", disse Ronaldo Accioli, fiscal da Sunab, ao emitir o documento após análise das mensalidades do Externato Pequenópolis, propriedade do presidente do Sieeesp, José Aurélio de Camargo. Na semana passada, a Secretaria de Defesa do Consumidor fez uma representação junto ao Ministério Público pedindo adoção de procedimento criminal contra Aurélio de Camargo, por "instigar os associados" a desrespeitar a liminar que fixou em 116,09% o reajuste da semestralidade do primeiro semestre deste ano.

Logo que os fiscais da Sunab chegaram ao Pequenópolis foram avisados pelo advogado do sindicato, Cláudio Salomão, que não poderiam levar nenhum documento. "Em fevereiro pedimos um mandado de segurança contra a Sunab, pois achamos que ela é incompetente" — afirmou Salomão. A direção da escola não permitiu que os repórteres acompanhassem o trabalho dos fiscais.

Mesmo sem os resultados da blitz, foi possível constatar que a escola cobrou 210% de aumento, comparando-se a segunda semestralidade do ano passado com a primeira deste ano. No ano passado, a segunda semestralidade da terceira série do primeiro grau foi de Cz\$ 3.008,85, e este ano foi pago, pela primeira semestralidade da quarta série, Cz\$ 9.327,62.

Ao final da blitz, o diretor administrativo da escola, Luiz Antônio de Camargo, irmão de José Aurélio, que ontem estava em Brasília, afirmou que os preços da escola estão "condizentes" e que não foram superiores a 300%. "Se for provado que cobramos a mais, o dinheiro será devolvido com juros e correção monetária."

A Secretaria de Defesa do Consumidor autuou, na terça-feira, o Colégio Alexandre Fleming, por "cobrança acima do permitido", segundo explicou o secretário Paulo Frontini. Ele disse que "a Secretaria vai pressionar a escola para que devolva o que foi cobrado a mais". Uma equipe da Defesa do Consumidor vai examinar as 1.098 queixas recebidas até terça-feira contra a cobrança das mensalidades escolares, feitas pelo telefone 258-3000.



Reginaldo Manente